



FEMINICÍDIO EM MANCHETE: ANÁLISE SEMIÓTICA DISCURSIVA DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO CASO TATIANE SPITZNER

Ana Luiza Moraes Alvarenga, Anna Luiza Garandy Santos

UFMG/FALE/annagarandy@ufmg.br

UFMG/FALE/analualvarenga2023@ufmg.br

Resumo: Este artigo propõe uma análise semiótica discursiva de três manchetes jornalísticas sobre o caso de feminicídio de Tatiane Spitzner. A partir dos níveis fundamental, narrativo e discursivo do percurso gerativo de sentido, buscamos compreender como os sentidos são construídos e como a linguagem jornalística pode reforçar ou atenuar aspectos simbólicos e ideológicos da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Semiótica Discursiva, Feminicídio, Manchete Jornalística, Tatiane Spitzner, Percurso Gerativo de Sentido.

1. Introdução:

Este artigo analisa três manchetes jornalísticas sobre o feminicídio de Tatiane Spitzner, com base na semiótica discursiva, a partir do percurso gerativo de sentido. O objetivo é compreender como a linguagem jornalística estrutura sentidos que influenciam a representação da violência de gênero. A escolha do tema justifica-se pela relevância social e simbólica do feminicídio, cuja cobertura midiática pode contribuir tanto para a reprodução de discursos naturalizadores quanto para a responsabilização do agressor. Ao focar nas manchetes — enunciados de alto impacto — buscamos refletir sobre o papel da mídia na construção simbólica da violência contra a mulher.

2. Dos Fatos

O feminicídio é um fenômeno social que tem mobilizado intensos debates acadêmicos, jurídicos e midiáticos nas últimas décadas. A Lei nº 13.104/2015, que o tipifica como circunstância qualificadora do homicídio, representou um



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

marco no reconhecimento da violência de gênero como problema estrutural e sistêmico. Casos como o de Tatiane Spitzner, cuja morte em 2018 ganhou ampla visibilidade na imprensa nacional, tornaram-se emblemáticos da brutalidade com que essa violência se manifesta — e de como ela é noticiada.

A cobertura jornalística, ao mediar os fatos para o público, atua diretamente na construção de sentidos, podendo tanto reforçar quanto tensionar discursos sociais hegemônicos. A semiótica discursiva, com base nos estudos de Greimas (1989) e colaboradores, oferece ferramentas para analisar os mecanismos de significação presentes nas mensagens midiáticas. Por meio dos níveis fundamental, narrativo e discursivo do percurso gerativo de sentido, é possível compreender como as manchetes organizam conteúdos temáticos, ideológicos e afetivos, operando com oposições semânticas (vida/morte, justiça/impunidade), estruturas actanciais (sujeito, objeto, destinador, oponente) e escolhas sintáticas que influenciam diretamente a recepção do leitor.

Estudos anteriores já discutiram o papel da mídia na construção simbólica do feminicídio (LIMA, 2019; BENEVIDES & NOGUEIRA, 2021), apontando a reprodução de estereótipos de gênero, a desresponsabilização do agressor ou a romantização do crime. Além disso, pesquisas específicas sobre manchetes (CHALAÇA & SILVA, 2018) destacam que, por sua função de síntese e impacto, essas estruturas condensam valores sociais e ideológicos de maneira estratégica.

Assim, esta pesquisa insere-se em um campo consolidado de estudos sobre mídia, discurso e violência de gênero. Ao focalizar as manchetes como objetos semióticos, buscamos contribuir com esse debate por meio de uma leitura crítica fundamentada na semiótica discursiva.

3. Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativa, baseada em análise documental de três manchetes jornalísticas sobre o caso de feminicídio



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

de Tatiane Spitzner. A metodologia empregada fundamenta-se nos princípios da semiótica discursiva, conforme formulada por Algirdas Julien Greimas e desenvolvida por seus seguidores, como Claude Zilberberg e Diana Luz Pessoa de Barros. O objetivo é compreender como os sentidos são produzidos nas manchetes a partir do percurso gerativo de sentido, o qual abrange os níveis fundamental, narrativo e discursivo.

O corpus da pesquisa foi selecionado a partir de veículos de grande circulação e ampla influência na opinião pública, garantindo a relevância e a representatividade dos enunciados analisados. As manchetes escolhidas foram transcritas na íntegra e examinadas com base nos seguintes procedimentos:

- No nível fundamental, identificamos as oposições semânticas profundas que estruturam os sentidos presentes nos textos (e.g., justiça/impunidade, vítima/agressor, verdade/mentira).
- No nível narrativo, realizamos a análise actancial, identificando os papéis dos sujeitos, objetos, destinadores e oponentes implícitos nos enunciados.
- No nível discursivo, observamos os recursos linguísticos, sintáticos e estilísticos empregados nas manchetes, considerando suas implicações na construção de sentido e no posicionamento ideológico do discurso jornalístico.

A análise foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, em diálogo constante com o referencial teórico da semiótica discursiva e com estudos interdisciplinares sobre mídia, violência de gênero e representação social. As observações obtidas permitiram uma reflexão crítica sobre o papel das manchetes na mediação simbólica de casos de feminicídio e na formação de imaginários sociais sobre o tema.

4. Base teórica

4.1 Nível Fundamental

O nível fundamental evidencia as oposições semânticas profundas que sustentam os sentidos do texto. Nas manchetes analisadas, identificam-se oposições como:



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

vida × morte – evocada diretamente pela referência à queda da vítima;
justiça × impunidade – visível quando há menção à condenação do réu ou à demora do julgamento;
vítima × agressor – marcada pela escolha dos nomes ou pela personalização do sujeito ativo/passivo;
verdade × mentira – sugerida por manchetes que indicam contradições nos depoimentos ou revisões nos laudos.

Essas oposições estruturam os sentidos centrais que ancoram a narrativa midiática. A ênfase em uma polaridade ou em outra pode orientar o posicionamento do leitor quanto à legitimidade da vítima e à responsabilização do agressor.

4.2 Nível Narrativo

Neste nível, observamos a organização actancial presente nas manchetes. Ainda que breves, os enunciados carregam uma estrutura narrativa implícita. Em geral:

O sujeito pode ser identificado como o sistema judiciário ou a sociedade, quando manchete fala em "condenação", "sentença" ou "julgamento";

O objeto de valor é a justiça, ou o reconhecimento do crime como feminicídio;

O oponente é o próprio feminicídio, muitas vezes personificado na figura do agressor;

O destinador/destinatário pode ser tanto a sociedade civil quanto a memória da vítima, a depender do enfoque da manchete.

Essa organização revela como a mídia estrutura sua narrativa sobre o caso, elegendo agentes morais e simbólicos e atribuindo responsabilidades sociais implícitas.

4.3 Nível Discursivo

Neste nível, a análise recai sobre os recursos linguísticos e estruturais das



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

manchetes. Palavras como “condenado”, “queda”, “feminicídio” e “morte” aparecem com frequência, evidenciando uma carga semântica forte, marcada por afetividade, choque ou denúncia. As escolhas lexicais contribuem para construir um campo semântico de violência e punição, mas também podem, por vezes, diluir responsabilidades com expressões vagas como “caiu do prédio” ou “foi encontrada morta”. Além disso, a estrutura sintática impacta significativamente a leitura: manchetes com voz ativa, como “Luís Felipe foi condenado”, atribuem responsabilidade mais clara do que aquelas com voz passiva, como “Tatiane caiu do prédio”, que suprimem o agente da ação. A elipse do agressor pode colaborar para a neutralização do crime ou sua descaracterização como feminicídio.

A articulação entre esses níveis demonstra como o discurso jornalístico, por meio de suas escolhas estratégicas, participa da construção simbólica da violência de gênero. A forma como se diz é tão importante quanto o que se diz, e os sentidos emergem dessas relações.

5. Análise e Interpretação dos Dados

Nesta seção, aplicamos o percurso gerativo de sentido à análise de três manchetes jornalísticas sobre o caso Tatiane Spitzner. O objetivo é evidenciar como a linguagem jornalística estrutura sentidos que impactam diretamente a forma como o feminicídio é representado e compreendido pelo público.

Advogada é encontrada morta após queda de 4º andar de prédio em Guarapuava, diz PM

[Notícia veiculada em 22/07/2018, pelo G1]

A manchete em questão menciona que a vítima está morta, o que nos mostra que o foco não é a trajetória ou a violência, mas sim o resultado final. O agente da ação encontra-se oculto, algo comum nas manchetes de feminicídio, a violência é diluída, inviabilizada. O sujeito temático é denominado como “advogada” – a vítima é reduzida a sua profissão. Sem nomes ou características pessoais, distanciando o leitor do aspecto humano da vítima. Como



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

mencionamos anteriormente, neste caso, o autor do crime não é mencionado, ou seja, o programa narrativo é implícito. A estrutura passiva em “é encontrada morta” despersonaliza a ação, como se a morte fosse um evento furtivo ou natural, levando em consideração que esta manchete foi uma das primeira publicadas a respeito do caso, antes do resultado da perícia, neste cenário acredita-se que se tratava de algo natural e não de um crime. Como destinador temos o Polícia Militar (PM), pois como consta na manchete “[...] diz PM”, o que na perspectiva da pragmática chamamos de autoridade, mas neste caso a agência da violência é descolada para autoridade que relata e não para o possível autor do crime.

Analisando pelo viés do nível discursivo, podemos observar as seguintes escolhas linguísticas e enunciativas: uso do passivo analítico (“é encontrada morta”) – esvaziando o agente da ação, ocultando o feminicídio como crime e apresentando-o inicialmente como consequência de um acidente; a construção naturalizada da morte “após queda”, deslocando a violência (feminicídio) para um possível acidente doméstico; Ausência da palavras feminicídio ou crime, uma marca ideológica importante e por fim como já mencionado a utilização do termo “advogada” como identidade principal.

Justiça aceita denúncia do MP contra homem acusado de jogar esposa do prédio

[Notícia veiculada 08/08/2018 pelo Estadão]

Nesta manchete, veiculada após o resultado da perícia que indicou que a vítima foi asfixiada antes da queda, observa-se uma mudança significativa em relação à primeira. Aqui, o foco não está mais apenas no desfecho da situação, mas no processo jurídico que se segue ao crime. O uso da expressão “Justiça aceita denúncia do MP” revela uma atuação institucional no sentido de responsabilizar o agressor, o que reforça o entendimento do caso como um ato de violência intencional e não como um acidente doméstico.

O portal em questão foca na trajetória e não no resultado, o que se comprova pelo trecho “acusado de jogar esposa do prédio”. Esse enunciado



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

recupera o movimento que antecede a morte da vítima, o que implica a existência de um agente (o “homem acusado”) e de uma ação violenta. A construção “jogar esposa do prédio” remete a um ato deliberado e agressivo, atribuindo responsabilidade ao sujeito masculino. A vítima, por sua vez, é referida apenas como “esposa”, termo que marca sua identidade relacional e reforça a dimensão doméstica do crime. Ainda assim, a ação violenta não é suavizada ou ocultada, como na manchete anterior. O uso de terminologia jurídica (Justiça, denúncia, Ministério Público) também contribui para reforçar a gravidade do caso, o reconhecimento institucional da violência e a expectativa de punição.

MP-PR denúncia marido de Tatiane Spitzner por homicídio, cárcere privado e fraude processual.

[Notícia veiculada 06/08/2018] pelo G1]

Diferentemente da primeira manchete, que silencia o agente e trata a morte de maneira genérica e impessoal, esta manchete apresenta explicitamente o sujeito responsável pelo crime — “marido de Tatiane Spitzner” — e nomeia a vítima com identidade própria. O uso do nome completo da mulher, ao invés de referi-la apenas por uma categoria profissional ou relacional (“advogada”, “esposa”), contribui para a sua humanização e personalização, permitindo que o leitor reconheça sua individualidade e existência para além do papel social.

O foco da manchete está claramente no reconhecimento jurídico da violência sofrida por Tatiane, com a nomeação de três crimes graves: “homicídio, cárcere privado e fraude processual”. A ação do Ministério Público do Paraná — sujeito da oração — dá início à responsabilização institucional do agressor, e o uso de termos técnicos e penais reforça a seriedade do caso e a atuação formal do Estado diante da violência de gênero. A menção ao “cárcere privado” amplia a dimensão da violência, apontando que o crime não foi um ato isolado, mas resultado de uma relação abusiva e de controle, e “fraude processual” indica tentativa de ocultar provas ou manipular a cena do crime, o que reforça a



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

intencionalidade do agressor.

Essa manchete, portanto, se distancia do apagamento e da ambiguidade inicial e se aproxima de uma perspectiva crítica, que reconhece a complexidade da violência sofrida por Tatiane e legitima sua nomeação como crime — e não como tragédia ou fatalidade. O discurso aqui colabora para a construção social do feminicídio como um problema institucionalmente reconhecido e passível de punição.

A análise das três manchetes sobre o caso Tatiane Spitzner revela como a linguagem jornalística estrutura diferentes sentidos sobre o feminicídio. A primeira manchete apresenta a morte de forma impessoal, apagando o agente da violência e sugerindo um possível acidente. Já a segunda e a terceira promovem um deslocamento discursivo importante: introduzem o agressor, descrevem a ação violenta e utilizam termos jurídicos que reforçam a responsabilização e a gravidade do caso.

Essas diferenças demonstram que o discurso da mídia não apenas informa, mas também produz sentidos que afetam a compreensão social do feminicídio. Nomear a vítima, visibilizar o agressor e adotar uma linguagem jurídica são estratégias que contribuem para romper com a naturalização da violência e reconhecê-la como um problema estrutural de gênero.

Conclusão

A análise semiótica discursiva das manchetes jornalísticas sobre o feminicídio de Tatiane Spitzner revelou como os sentidos construídos pela mídia não são neutros,

mas atravessados por escolhas linguísticas, narrativas e ideológicas que influenciam diretamente a percepção pública dos fatos. Ao aplicar o percurso gerativo de sentido – nos níveis fundamental, narrativo e discursivo – foi possível observar como as manchetes operam com oposições semânticas fortes, organizam implicitamente papéis actanciais e fazem uso de estratégias discursivas que podem tanto reforçar o enfrentamento da violência de gênero



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

quanto contribuir para sua banalização.

Constatou-se que, em diversas manchetes, o foco recai mais sobre a vítima do que sobre o agressor, havendo uma tendência à ocultação da figura do responsável pelo crime. Essa prática enfraquece a responsabilização social e contribui para a naturalização do feminicídio. Por outro lado, quando os enunciados destacam a condenação do agressor ou utilizam a nomenclatura legal “feminicídio”, há uma valorização da justiça e uma ruptura com o silenciamento histórico sobre esse tipo de violência.

A mídia, portanto, exerce papel crucial não apenas na difusão dos fatos, mas na constituição de sentidos sociais e culturais. Cabe à imprensa adotar uma postura ética e crítica ao noticiar casos de feminicídio, reconhecendo seu poder de formar opinião e influenciar atitudes. Este estudo, ao promover uma leitura semiótica das manchetes, busca contribuir com a reflexão sobre práticas discursivas mais conscientes e comprometidas com a equidade de gênero.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *O discurso na mídia: o texto e o imaginário*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Jaqueline. *Violência contra a mulher e a cobertura jornalística: reflexões sobre o papel da mídia no enfrentamento do feminicídio*. Revista Estudos Feministas, v. 29, n. 1, 2021.
- CHALAÇA, Bruno; SILVA, Aline Oliveira da. *A manchete como elemento estruturador da notícia: análise semiótica-discursiva*. In: Anais do Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, 2018.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Do sentido: estudos semiológicos*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- LIMA, Cláudia Maria de. *Feminicídio e mídia: a construção discursiva da mulher vítima de violência*. Revista de Comunicação e Sociedade, v. 41, n. 2, 2019.
- ZILBERBERG, Claude. *Semiótica dos percursos afetivos*. São Paulo: EDUC, 2006.



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição -Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.